



JUSTIÇA FEDERAL

Seção Judiciária do Pará

Subseção Judiciária de Paragominas

## PROVA OBJETIVA – ENSINO SUPERIOR - DIREITO

---

- Nesta prova, faça o que se pede, assinalando com “X” sobre a letra da alternativa considerada correta, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
  - Será anulada a questão em que houver mais de uma alternativa assinalada e cuja marcação da resposta correta não seguir o modelo indicado no item anterior.
  - Identifique-se no local indicado, pois **não será avaliada** prova que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- 

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**1) No que toca às ações de improbidade administrativa, tendo em vista a jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar que:**

a) O art. 10-A, da lei nº 8.429/92 foi uma novidade incluída pela LC nº 157/2016, e afirma que constitui ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão para conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou tributário contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

b) Só pode cometer ato de improbidade administrativa servidor público, sendo vedada a aplicação da lei nº 8.429/92 a terceiros.

c) Constitui ato de improbidade administrativa, especificamente que importa em enriquecimento ilícito, frustrar a licitude de concurso público.

d) Para a configuração do ato de improbidade administrativa é dispensável o elemento subjetivo.

e) O prazo prescricional para os exercentes de mandato eletivo começa a correr a partir da cometimento do ato ímprobo, sendo irrelevante a data do término do mandato.

**2) Quanto aos juizados especiais federais (Lei nº 10.259/2001), marque a alternativa incorreta.**

a) Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

b) Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

c) Não se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível as causas que envolvem concessão e revisão de benefício previdenciário.

d) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

e) Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível como réis, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

### **3) Marque a alternativa correta acerca da lei de execução fiscal (Lei nº 6.830/80).**

a) O escopo da lei de execução fiscal é estabelecer procedimento para cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do distrito federal, dos Municípios, excluindo-se, todavia, as entidades que compõe a administração indireta, ainda que possuam personalidade de direito público.

b) A dívida ativa da fazenda pública, para os efeitos da lei, compreende apenas as de caráter tributário.

c) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez.

d) O despacho do Juiz que deferir a inicial não importa em ordem para penhora, mesmo que não seja paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia;

e) O executado será citado para, no prazo de 30 (trinta) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

### **4) Quanto às ações civis públicas, regidas pela Lei nº 7.347/85, marque a alternativa correta.**

a) As ações de responsabilidade por danos morais não são regidas pela LACP.

b) Têm legitimidade para propor ação civil pública a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

c) A associação possui legitimidade para propor ACP, desde que esteja constituída há pelo menos 6 (seis) meses nos termos da lei civil.

d) É desnecessária a atuação do Ministério Público como *custus legis* em ação civil públicas quando não for parte no processo.

e) A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro, mas não o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

### **5) Marque a alternativa que não corresponde à verdade.**

a) O processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

b) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.

c) O CPC/2015 veda expressamente o *non liquet*. Significa dizer que o juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.

d) O CPC/2015, dentre outras inovações, estabeleceu que na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.

e) Tal qual o CPC/73, o novo código de processo civil (lei nº 13.105/2015) ainda prevê que o procedimento comum se divide em ordinário e sumário.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **1) No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos, marque a alternativa correta.**

a) Os direitos e garantias individuais podem ser alterados, conquanto sejam considerados cláusula pétrea, desde que a alteração vise a incrementá-los.

b) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo desnecessário o prévio aviso à autoridade competente.

c) É garantido o direito de propriedade, sendo desnecessário que ela atenda a sua função social.

d) São a todos assegurados o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, desde que precedido do pagamento de taxa.

e) A lei não prejudicará o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, mas não precisa observar a coisa julgada.

**2) Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no art. 5º, da CF/88, é incorreto afirmar que:**

- a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- b) não haverá juízo ou tribunal de exceção
- c) O Tribunal do Juri é competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- d) A lei penal não retroagirá, mesmo que seja para beneficiar o réu.
- e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

**3) São órgãos do poder judiciário, exceto:**

- a) O Supremo Tribunal Federal.
- b) O Conselho Nacional de Justiça.
- c) O Superior Tribunal de Justiça.
- d) O Tribunal de Contas da União.
- e) Os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.

**4) Não se inclui na competência dos juízes federais processar e julgar:**

- a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.
- c) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- d) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- e) os *habeas corpus*, quando a autoridade coatora for juiz federal.

**5) Quanto às funções essenciais à justiça, marque a alternativa incorreta.**

- a) São princípios institucionais do ministério público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) A instituição Ministério Público abrange o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União, que compreende Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) A União será representada, judicial e extrajudicialmente, pela Advocacia-Geral da União, que tem por chefe o Advogado-Geral da União.
- d) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- e) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, todavia, diferentemente do ministério público, não se consideram como seus princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1) Os atos administrativos devem obedecer a determinados requisitos – também chamados elementos – para que sejam considerados válidos. Com relação a esses elementos, analise as afirmativas a seguir:**

I- A forma é elemento accidental do ato administrativo, de modo que sua ausência não acarreta consequência jurídica.

II- Competência pode ser definida como a possibilidade ou o dever legal de agir, atribuído a um dado agente público, para fins de atender à finalidade prevista na lei.

III- O motivo é elemento accidental do ato administrativo e, por vezes, se confunde com a vontade pessoal do agente público

IV- A finalidade é o resultado que a Administração Pública quer alcançar com a prática do ato administrativo, que sempre deve atender o interesse público.

Dentre as afirmativas, estão corretas.

- a) I e III
- b) III e IV
- c) I e II
- d) II e IV
- e) Nenhuma das alternativas

**2) A função administrativa é caracterizada por prover de maneira imediata e concreta as exigências individuais ou coletivas de modo a satisfazer os interesses públicos previstos em lei. Para o exercício da função pública, a administração pratica diversos atos. Com relação a esses atos,**

- a) A autoexecutoriedade é atributo que permite à Administração Pública compelir materialmente o administrado, satisfazendo sua pretensão jurídica, sem necessidade de buscar previamente as vias judiciais.
- b) o ato administrativo colegiado será sempre complexo, por envolver a participação de várias pessoas.
- c) a presunção de legitimidade do ato administrativo impede que sua nulidade seja decretada pelo Poder Judiciário, cabendo à Administração Pública o poder de invalidá-lo ou revogá-lo a qualquer tempo.
- d) o ato administrativo composto é o que resulta da fusão das manifestações de dois ou mais órgãos para formar um só ato.
- e) o ato administrativo de qualquer dos poderes pode ser revogado pelo Poder Judiciário.

**3) A administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal, deve obedecer a certos princípios. Tendo em vista os princípios constitucionais expressos no art. 37, da CF:**

- a) a moralidade administrativa, embora seja observada por grande parte dos administradores, não se configura um princípio positivado no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) o princípio da impessoalidade, possibilita a contratação de parentes de terceiro grau da autoridade nomeante para o exercício de cargo em comissão.
- c) o princípio da legalidade administrativa determina que à Administração Pública só é lícito fazer o que a lei autoriza ou determina.

d) a publicação do nome dos servidores públicos com seus respectivos vencimentos nos sítios eletrônicos, é ilegítima, haja vista o princípio constitucional da inviolabilidade dos dados pessoais, salvo ordem judicial expressa.

e) O princípio da eficiência rege que a administração pública deve realizar seus atos em observância aos princípios legais, sem levar em consideração a celeridade e o grau de complexidade do ato ou conduta a ser praticada.

**4) A organização da Administração Pública permite que seja realizada a desconcentração e a descentralização, sendo correto afirmar que:**

- a) a desconcentração é a distribuição interna de competência administrativa e pode ocorrer de acordo com a matéria, a hierarquia ou o território.
- b) a desconcentração pressupõe a existência de pessoas jurídicas diversas, atuando o Estado de maneira indireta.
- c) a descentralização pressupõe a distribuição de competência entre os diversos órgãos da Administração Pública.
- d) a descentralização é instituto que se refere a uma só pessoa, mantendo-se o liame unificador de hierarquia.
- e) desconcentração e descentralização são características similares, porém, a primeira está estritamente ligada à administração indireta e a segunda internalizada na administração direta.

**5) Os poderes inerentes à Administração Pública são necessários para que ela sobreponha a vontade da lei à vontade individual, o interesse público ao privado. Nessa perspectiva, é correto afirmar que:**

- a) O poder de polícia, apesar de possuir o atributo da coercibilidade, carece do atributo da autoexecutoriedade, de modo que a Administração Pública deve sempre recorrer ao Poder Judiciário para executar suas decisões.
- b) No exercício do poder disciplinar, são apuradas infrações e aplicadas penalidades aos servidores públicos sempre por meio de procedimento em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.
- c) Os poderes conferidos à Administração Pública são facultades que a Constituição Federal e a lei colocam à disposição do administrador, que os exercerá de acordo com sua livre convicção.

d) No exercício do poder normativo, são editados decretos regulamentares estabelecendo normas que ultrapassam os deveres e obrigações impostos na lei, inovando na ordem jurídica.

e) O Poder Judiciário pode revogar e anular os atos administrativos do Poder Executivo.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**1) A autoridade policial foi informada da descoberta de um cadáver, com perfurações por toda a região abdominal, às margens de uma rodovia. Próximo ao local, havia também uma faca com marcas de sangue e garrafas de bebida alcoólica.**

**Em face dessa situação, e considerando o disposto no CPP, a autoridade policial deverá:**

a) oficiar ao Poder Judiciário a fim de que se efetue a retirada do corpo do local.

b) dirigir-se ao local e providenciar que o estado e a conservação das coisas não sejam alterados até a chegada de peritos criminais.

c) determinar de imediato a higienização da faca para proceder a reprodução simulada dos fatos.

d) requerer autorização judicial para que a área seja isolada e para o deslocamento de peritos criminais.

e) pedir autorização judicial para abertura do inquérito policial.

**2) Com referência à ação penal, assinale a opção correta.**

a) A ação penal pública incondicionada depende de representação ou queixa do ofendido.

b) A ação penal é de natureza pública, mas sua iniciativa é, em alguns casos, atribuída por lei ao particular – em regra o ofendido - por intermédio de queixa ou representação.

c) O direito de representação, em caso de morte ou ausência do ofendido, passa ao ascendente, descendente, cônjuge ou irmão, nesta ordem.

d) A queixa pode ser dirigida à autoridade policial, ao juiz ou ao MP.

e) A ação penal condicionada depende da representação do ofendido, que pode ser direcionada à autoridade policial ou ao membro do Ministério Público.

**3) Assinale a opção correta em relação à competência penal da justiça federal.**

a) Incumbe ao STJ, privativamente, processar e julgar o procurador-geral da República, os desembargadores dos Tribunais de Apelação e os ministros do Tribunal de Contas.

b) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.

c) Um homicídio de servidor da Justiça Federal, no exercício de suas funções, será julgado pelo Tribunal do Juri no Juízo Estadual da Comarca onde ocorreu o fato.

d) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.

e) Compete à Justiça Federal julgar os crimes cometidos a bordo de pequenas embarcações ou aeronaves militares, inclusive os cometidos por militares.

**4) Com relação à citação, é correto afirmar que:**

a) se o réu não for localizado para ser citado pessoalmente em processo que tramite nos Juizados Especiais Federais Criminais, o juiz federal deverá suspender o processo e o prazo prescricional nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal.

b) será feita, a do funcionário público, por intermédio de seu superior hierárquico.

c) se o réu estiver preso, sua requisição por ofício dirigido ao diretor do estabelecimento prisional suprirá a citação pessoal.

d) No procedimento comum disciplinado no CPP, se o réu citado por edital não comparecer e nem constituir advogado, o processo e o curso do prazo prescricional ficarão suspensos.

e) se o réu não for encontrado para citação pessoal, será citado por edital, com prazo de 30 (trinta) dias.

**5) Dadas as assertivas abaixo, assinale a alternativa correta.**

I- Quando existir prova da existência de crime e indícios da autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública ou da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, para assegurar a aplicação da lei penal ou para atender ao clamor público.

II- A prisão preventiva pode ser decretada, em caso de contravenção penal, quando útil para as investigações, pelo prazo de até 30 (trinta) dias.

III- A prisão ilegal será automaticamente relaxada pelo Delegado de Polícia, sem intervenção do Poder Judiciário.

IV- Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá, fundamentadamente, relaxar a prisão ilegal, converter a prisão em flagrante em preventiva ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

V- Qualquer do povo poderá prender em flagrante quem é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas,

objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Estão corretas apenas as assertivas I e IV.
- c) Estão corretas apenas as assertivas IV e V.
- d) Estão corretas todas as assertivas.
- e) Nenhuma assertiva está correta.